

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

O desmonte da educação superior: quando as universidades federais passaram a ser o alvo

Gustavo Adolf Fichter Filho, Breyner Ricardo de Oliveira

<https://doi.org/10.1590/1982-57652026v31id299119>

Submetido em: 2026-07-27

Postado em: 2026-07-27 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)



DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-57652026v31id299119>

O DESMONTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: QUANDO AS UNIVERSIDADES FEDERAIS PASSARAM A SER O ALVO

The Dismantling of Higher Education Post-2016: When Federal Universities Became
the Target

El desmantelamiento de la educación superior después de 2016: cuando las
universidades federales se convirtieron en el blanco

Gustavo Adolf Fichter Filho¹

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5742-4264>

E-mail: gustavofichterf@gmail.com

Breyner Ricardo de Oliveira²

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0956-4753>

E-mail: breyner@ufop.edu.br

Resumo: O artigo analisa o desmonte das universidades federais brasileiras. Para tanto, realiza uma revisão bibliográfica, sistematiza e discute os dados de diferentes autores. A partir de dados quantitativos, demonstra as sucessivas reduções de orçamento dessas instituições e de suas áreas correlatas, marcadamente pela perda de importância na agenda orçamentária brasileira. Também considera declarações, ataques e ameaças empreendidos pelo governo Bolsonaro, o que demonstra a visibilidade do processo. Com isso, confirma a hipótese de que as universidades federais foram alvo prioritário de um desmonte ativo a partir de 2016 e intensificado em 2019. Ao final, propõe uma agenda de estudos para a análise do atual contexto das universidades federais brasileiras, que busque compreender seus cotidianos.

Palavras-chave: universidades federais; desmonte; políticas públicas.

¹ Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, MG, Brasil

² Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, MG, Brasil.

Abstract: This article analyzes the dismantling of Brazilian federal universities. To this purpose, it conducts a literature review, systematizing and discussing data from various authors. Using quantitative data, it demonstrates the successive budget reductions of these institutions and their related areas, marked by their loss of prominence in the Brazilian budgetary agenda. It also considers statements, attacks, and threats made by the Bolsonaro administration, demonstrating the visibility of the process. Thus, it confirms the hypothesis that federal universities were a primary target of active dismantling beginning in 2016, intensified in 2019. Finally, it proposes a study agenda for analyzing the current context of Brazilian federal universities, seeking to understand their daily operations.

Keywords: federal universities; dismantling; public policy.

Resumen: Este artículo analiza el desmantelamiento de las universidades federales brasileñas. Para esto, realiza una revisión bibliográfica, sistematizando y discutiendo datos de diversos autores. Utilizando datos cuantitativos, demuestra las sucesivas reducciones presupuestarias de estas instituciones y sus áreas afines, marcadas por su pérdida de prominencia en la agenda presupuestaria brasileña. También considera declaraciones, ataques y amenazas del gobierno de Bolsonaro, demostrando la visibilidad del proceso. De este modo, confirma la hipótesis de que las universidades federales fueron un blanco principal del desmantelamiento activo a partir de 2016, que se intensificó en 2019. Finalmente, propone una agenda de estudio para analizar el contexto actual de las universidades federales brasileñas, buscando comprender su funcionamiento diario.

Palabras clave: universidades federales; desmantelamiento; políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil experimentou momentos distintos no século XXI no que diz respeito às suas instituições e políticas públicas. Os mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) foram marcados pelo aumento de investimentos públicos com políticas sociais e pela criação de políticas de enfrentamento às desigualdades. Por outro lado, especialmente após o golpe de 2016 (Bastos, 2017), um novo espírito do tempo, marcado pelos discursos da austeridade e do questionamento da existência de políticas sociais (Jannuzzi, 2025), abriu espaço para novas agendas governamentais. O livro *Desmonte e Reconfiguração de Políticas Públicas* (2016-2022), organizado por Gomide, Silva e Leopoldi (2023), analisa tal cenário ao investigar os processos de mudança de políticas em diferentes áreas, ancorado principalmente no referencial de Bauer e Knill (2014) a respeito do desmonte de políticas públicas. O capítulo de Couto e Rech (2023) destaca-se ao discutir o contexto de desmonte das mais diversas áreas das políticas públicas pela via orçamentária, analisando três Planos Plurianuais (PPAs): i) PPA 2012-2015 (elaborado e executado no governo Dilma Rousseff); ii) PPA 2016-2019 (elaborado no governo Dilma e executado nos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro); e iii) PPA 2020-2023 (elaborado no governo Jair Bolsonaro). Assim, demonstram a “tentativa de atrofiar o braço do Estado que atua na proteção e promoção de direitos da população mais vulnerável” (p. 444), empreendida após 2016.

As universidades federais brasileiras se inserem nesse cenário. No início do século, durante os governos Lula e Dilma, elas experimentaram um processo frequentemente caracterizado como expansão e democratização, através de políticas de acesso e permanência, do aumento do investimento e do orçamento e da criação de novas universidades e *campi*. No entanto, nos governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022), tais universidades tiveram seus orçamentos reduzidos e foram alvo de tensões discursivas.

Este artigo analisa o caso das universidades federais brasileiras durante o período de 2016 a 2022. Nosso objetivo é analisar a hipótese de que as universidades federais foram alvo de desmonte nos governos Temer e Bolsonaro. Para isso, recorreremos a dados derivados de uma revisão da literatura, articulando-os com o modelo de desmonte elaborado por Bauer e Knill (2014). Dessa forma, desenvolvemos nossa análise com base em três dimensões: (i) a intensidade (qualidade ou generosidade dos instrumentos da política); (ii) a densidade (quantidade de instrumentos que cobrem uma determinada política); (iii) a articulação entre decisão e visibilidade (que auxilia na classificação da estratégia de desmonte empreendida).

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica de artigos nacionais disponíveis na plataforma Portal de Periódicos da Capes, por meio da busca dos termos ‘desmonte’ e ‘universidade federal’, publicados entre 2016 e 2024. Ao final da revisão, cinco artigos foram sistematizados e seus principais achados são apresentados na seção 3. Posteriormente, suas evidências foram organizadas e ancoradas nas dimensões do desmonte de Bauer e Knill (2014), sendo apresentadas na quarta seção.

As principais contribuições do artigo consistem na sistematização e na conjugação de literaturas distintas que, apesar de partirem da mesma premissa (o desmonte do ensino superior e das universidades federais), podem se beneficiar de novos argumentos. Por um lado, o livro de Gomide, Silva e Leopoldi (2023) analisa o desmonte de políticas com base no modelo de Bauer e Knill (2014), mas deixa em segundo plano as políticas educacionais, que são analisadas no capítulo de Couto e Rech (2023), mas apenas sob o ponto de vista orçamentário. Por outro lado, os artigos encontrados na revisão bibliográfica utilizam o termo desmonte de forma intuitiva, sem a devida caracterização do conceito e sem a aplicação de um referencial próprio. Sendo assim, mobilizamos e conjugamos dados distintos a respeito do orçamento das universidades federais, com recortes específicos de regiões e subáreas das políticas, além de discursos e posicionamentos do governo federal e seus aliados. Com isso, a partir do cruzamento dos dados, expandimos as análises, adensando o debate, contribuindo para uma compreensão ampliada do desmonte das universidades federais.

2 DESMONTE DE POLÍTICAS

Segundo Bauer e Knill (2014), os estudos de desmonte de políticas surgem na década de 1990 no contexto de desmantelamento de Estados de bem-estar social, empreendidos por governos marcados pelo conservadorismo e pela austeridade. Apesar de diversos estudos terem sido desenvolvidos, os autores afirmam que esta literatura é vaga e inconclusiva. Nesse sentido, afirmam que o conceito de desmonte nunca foi bem definido, utilizado apenas como uma ideia para se compreender mudanças no estado de bem-estar social. Para Gomide, Silva e Leopoldi (2023), muito esforço é frequentemente empreendido nos fatores que causam as mudanças nas políticas, mas há poucas pesquisas que as mensuram. É nesse sentido que Bauer e Knill (2014) desenvolveram um modelo que analisa o desmonte “como um tipo de mudança caracterizada pela alteração do comprometimento dos governos nas políticas de um determinado campo.”

Algumas ideias são importantes para a compreensão desse modelo. Primeiro, os autores afirmam que, geralmente, as pesquisas focam na direção da mudança da política através de seus efeitos, ou seja, suas consequências ou resultados. Em contrapartida, os autores afirmam que mudanças políticas devem ser medidas com base nos seus *outputs*, ou seja, devem ser medidas as ações, os instrumentos e as entregas objetivas das políticas. Medir os resultados, os efeitos e os *outcomes* seria um equívoco, uma vez que estes podem ser gerados e influenciados por múltiplas variáveis, podendo produzir desvios em sua compreensão. Com essa literatura, ao tratar das universidades públicas, não poderíamos utilizar o dado da diminuição da evasão para medir o desmonte. Ainda que expressiva, poderia ser explicada por outros motivos, como efeitos da pandemia, interesse geracional, desvalorização dos diplomas, etc.

Segundo, não se devem fazer estudos focados em políticas individuais, mas sim em áreas inteiras, compreendendo o desmonte ou a mudança política, como todas as alterações que ocorrem em determinado setor (Gomide; Silva; Leopoldi, 2023). Observar uma política individual poderia ser um viés, pois algumas políticas possuem maior apelo público do que outras. Além disso, uma política específica pode ser desmontada em detrimento de outra, mais efetiva ou não. Em outras palavras, ao invés de analisar as mudanças em uma política específica, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência ou o Programa de Residência Pedagógica, por exemplo, deve-se explorar o tema completo da formação de professores.

Sendo assim, Bauer e Knill (2014) voltaram seu olhar para mensurar o comprometimento dos governos com as políticas. Para isso, propõem uma análise focada no engajamento dos governos em determinada área, que deve ser realizada com base no número de políticas e instrumentos (densidade) e na definição de seus instrumentos (intensidade). A figura 1 sintetiza os principais elementos do modelo desenvolvido pelos autores.

Figura 1 – Resumo do modelo de análise de desmonte de políticas de Bauer e Knill (2014)



Fonte: elaboração própria com base em Bauer e Knill (2014)

De acordo com Gomide, Silva e Leopoldi (2023), a densidade é compreendida como a “quantidade de objetivos e instrumentos de uma política”. Em alusão ao conceito físico de densidade, é a razão entre a quantidade de políticas (ou instrumentos) e a abrangência de determinada área política. Por exemplo, um governo pode cobrir uma determinada área, como a saúde mental, a assistência social ou a educação superior, com muitos ou poucos programas/projetos/ações, determinando, assim, se a densidade é alta ou baixa. Para Bauer e Knill (2014), a densidade pode ser medida através de dois indicadores: o número de objetivos e o número de instrumentos empregados.

O conceito de intensidade, por sua vez, refere-se ao nível de esforço ou à potência com a qual a ação é tomada. Esse conceito é subdividido em dois: a intensidade substancial e a intensidade formal. A substancial diz respeito à ação em si, seu nível ou alcance. Pode ser entendida, de acordo com Gomide, Silva e Leopoldi (2023), como a “generosidade” dos instrumentos da política. A intensidade formal se refere aos meios para a execução da ação, sejam eles os recursos, os procedimentos administrativos, as capacidades estatais, a disponibilidade de pessoal, dentre outros, que interferem diretamente na sua implementação.

A partir dessas definições e propostas, Bauer e Knill (2014) definem o desmonte de políticas como “uma mudança que reduz o número de políticas e de seus instrumentos aplicados a uma área específica ou que reduz sua intensidade.” Para Gomide, Silva e Leopoldi (2023), o desmonte é entendido como “um tipo específico de mudança de política pública, caracterizado pela redução, diminuição ou remoção de objetivos, instrumentos ou capacidades administrativas existentes sem substituição”. Segundo esses autores, caso houvesse substituição de objetivos e instrumentos, esse tipo de mudança política não se caracterizaria como desmonte, mas como algum outro tipo, como conversão, *displacement* ou *redesign*.

Bauer e Knill (2014) propõem um debate a respeito dos motivos para o engajamento dos políticos no desmonte de políticas. Os autores fornecem algumas explicações sobre isso, partindo do pressuposto de que, geralmente, políticos almejam se manter no poder. O desmonte pode ser entendido, então, a partir do cálculo de custos e benefícios políticos. Os autores estipulam dois cenários de cálculos políticos associados ao desmonte. Primeiro, os benefícios são superiores aos custos do desmonte, conformando um contexto em que os políticos se engajam efetivamente no desmonte, de forma visível e clara. No segundo cenário, os benefícios do desmonte são avaliados como superiores aos custos do não desmonte.

Falar em desmonte é, portanto, abordar um tipo de enfraquecimento das políticas que consiste, então, em uma estratégia em que os custos e benefícios são calculados. Sendo assim, Bauer e Knill (2014) propõem duas variáveis que, juntas, conformam quatro estratégias de desmonte: i) se a decisão política de desmonte é ativa e consciente, ou não; e ii) o quanto os políticos envolvidos querem esconder ou revelar seu desmonte. Com o cruzamento dessas duas variáveis, em extremos negativos e positivos, quatro estratégias de desmonte são elaboradas.

Em primeiro lugar, quando a decisão e a visibilidade são baixas, ocorre um desmonte por omissão. Nesse caso, ações que deveriam ser necessárias para a manutenção da política não são tomadas, por exemplo, o reajuste de algum benefício em função da inflação. Esse tipo de desmonte ocorre quando os custos do desmonte são considerados altos. Segundo, se a decisão é ativa e a visibilidade é baixa, ocorre o desmonte por deslocamento de arena. Nesse caso, ainda se consideram os custos elevados do desmonte, porém são tomadas ações mais concretas, como mudança de arenas, procedimentos ou estruturas organizacionais, influenciando a participação dos atores que serão visibilizados pelo desmonte.

O terceiro cenário consiste no desmonte simbólico, que se caracteriza por baixa decisão e alta visibilidade. Nesse sentido, é lucrativo para os políticos se associarem ao desmonte, ainda que não venham a agir efetivamente em sua direção. Por fim, o quarto cenário consiste em altas taxas de decisão e visibilidade, uma vez que o cálculo do desmonte é profícuo, resultando em ações e declarações concretas em favor do desmonte. Geralmente, esses cenários são associados a decisões ideológicas do proveito do desmonte, o que configura o desmonte ativo.

3 O DESMONTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NA LITERATURA

Nesta seção, apresentamos uma síntese da literatura nacional que trata do desmonte das universidades federais brasileiras entre 2016 e 2024. Realizamos uma revisão bibliográfica de artigos que caracterizam o processo recente como um *desmonte* das universidades federais brasileiras. Seleccionamos cinco artigos, e seus principais argumentos e evidências são apresentados nesta seção. Primeiramente, é preciso destacar que, apesar de os artigos caracterizarem o processo político como *desmonte*, não apresentam uma definição para tal conceito. Portanto, essa é uma primeira contribuição do presente artigo: verificar se o conceito e o modelo de Bauer e Knill (2014) podem ser utilizados para validar e sintetizar a recente produção nacional.

Para Saviani (2020), o desmonte da educação se dá a partir do corte de recursos, incluindo, no caso da educação superior, os recursos da ciência e da pesquisa. O autor afirma que esse processo se articula com ameaças de privatização, ataques e perseguições. Accioly, Nascimento e Costa (2022), Felinto e colaboradores (2022) e Chaves e Araújo (2022), por sua vez, reforçam o desmonte do ensino superior brasileiro a partir de dois indicadores: a diminuição do orçamento e os ataques ou ameaças que, segundo os autores, foram empreendidos contra as universidades.

Em relação ao orçamento, são recorrentes as análises que demonstram a diminuição do financiamento da educação superior pública, como afirmado por Chaves e Araújo (2022) e Felinto e colaboradores (2022). Esses estudos demonstram a diminuição sistemática dos recursos planejados, autorizados ou efetivamente repassados para as universidades brasileiras desde o final do governo Dilma Rousseff, processo significativamente intensificado a partir do golpe de 2016, no governo Temer e ainda mais reforçado por Jair Bolsonaro, desde sua posse em 2019.

Felinto e colaboradores (2022) analisam os valores orçamentários liquidados em relação às categorias discricionárias “investimentos” e “outras despesas correntes”, entre 2007 e 2021, isto é, os valores efetivamente destinados às universidades federais brasileiras pelo Governo Federal para cada uma das cinco regiões brasileiras. Um dos gráficos disponíveis no artigo pode ser visualizado na figura 2-a.

No caso da região Nordeste, por exemplo, é possível identificar um nítido processo de diminuição dos investimentos que se inicia no período 2013-2015, se intensifica após o golpe de 2016 e é severamente acelerado em 2021. A soma dos valores investidos nas universidades da região, durante os três anos do governo Bolsonaro (aproximadamente 81 milhões de reais), não atinge os valores investidos no

primeiro ano de 2016 (155 milhões de reais). Processo semelhante ocorre com os valores das outras despesas correntes, com uma curva decrescente até alcançar o menor patamar da série histórica, em 2021. Pode-se destacar que os valores de 2021 são praticamente a metade dos valores do segundo governo Dilma e dos valores do governo Temer.

Os autores demonstram também que esse padrão de desfinanciamento das universidades federais se repete, de forma muito semelhante, entre as cinco regiões do Brasil e afirmam que todas as instituições foram afetadas pela redução do montante de recursos liberados. Afirmam, então, que a “Emenda Constitucional nº 95 é a efetivação da morte das universidades e da produção científica no Brasil”, processo que ocorre “de forma escancarada e deliberada” a partir do governo Temer (Felinto e colaboradores, 2022, p. 9). Logo, para os autores, o desmonte desenvolvido no governo Temer teria sido a implementação de um projeto neoliberal de sucateamento das universidades públicas, através da desresponsabilização do Estado em seu financiamento.

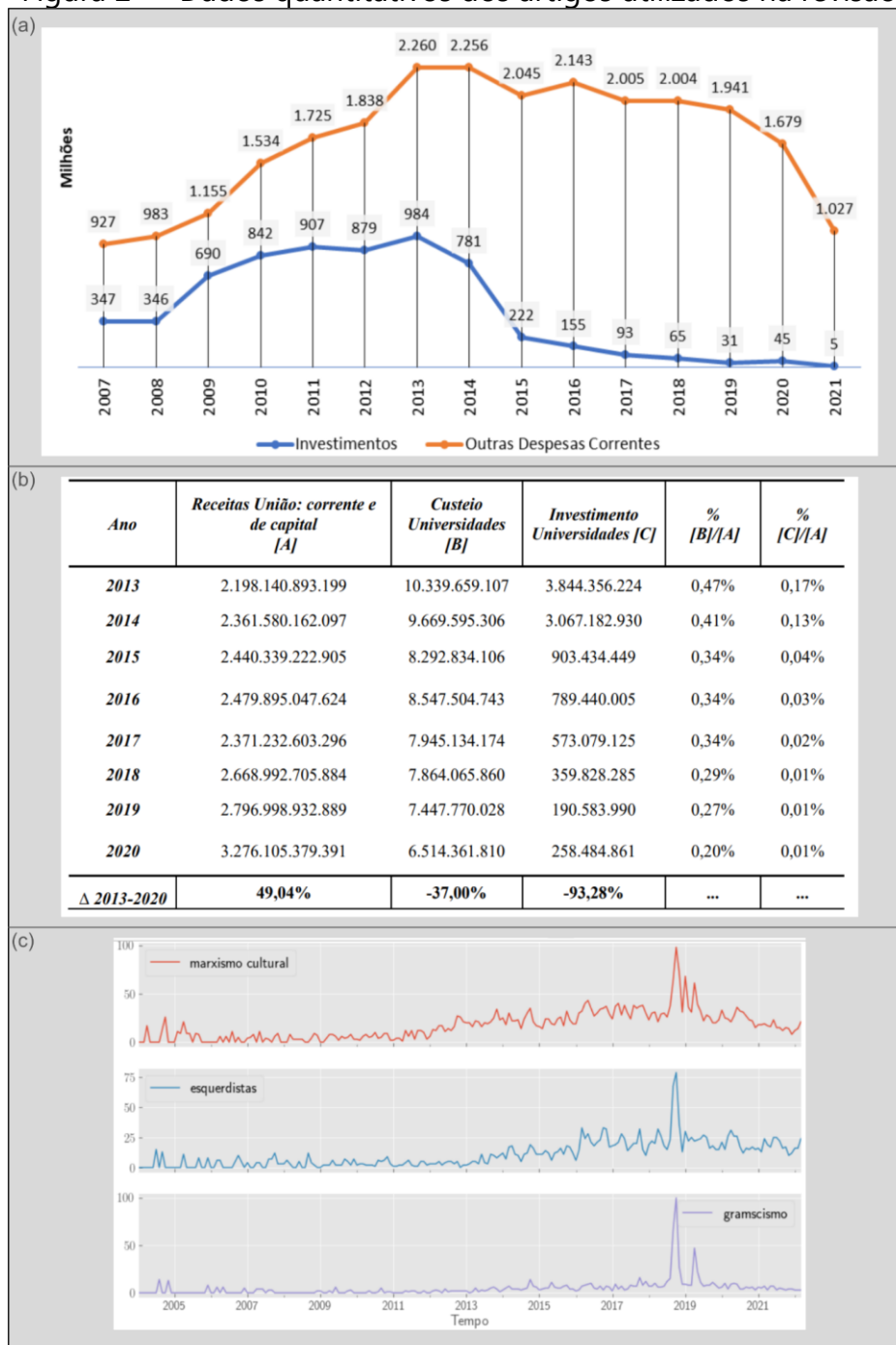
Seguindo a argumentação orçamentária, Chaves e Araújo (2022) propõem uma análise que se baseia na receita da União no período 2013-2020, comparando-a com os valores repassados para o custeio e para o investimento nas universidades (figura 2-b). Dessa forma, demonstram a evolução da proporção entre as despesas da União com essas instituições e suas receitas. Segundo os autores, apesar das diversas crises que afetaram o Brasil neste período, as receitas da União aumentaram. Em contrapartida, o custeio e o investimento das universidades diminuíram. Por exemplo, Chaves e Araújo (2022) evidenciam que o custeio e o orçamento das universidades federais representavam, em 2013, respectivamente, 0,47% e 0,17% das receitas da União. Esses valores diminuem sistematicamente, até que, em 2020, passam a representar 0,2% e 0,01%, respectivamente. Em outras palavras, é possível identificar que as receitas aumentaram 49%, enquanto o custeio diminuiu 37% e o investimento diminuiu 93,28%.

Os dados fornecidos por Felinto e colaboradores (2022) e Chaves e Araújo (2022) sugerem que as despesas com as universidades federais deixam de fazer parte da agenda prioritária dos presidentes que assumiram após o golpe de 2016. Com o avanço da extrema direita, as universidades passaram a sofrer com a redução do custeio e do investimento. Nos artigos analisados, este é o primeiro argumento para caracterizar o processo de desmonte das universidades.

O segundo argumento, que se soma às análises orçamentárias disponíveis na literatura, diz respeito ao que os autores descrevem como ataques ou ameaças sofridas pelas universidades durante o governo Bolsonaro. Neste contexto, Saviani (2020) afirma que as indicações para o cargo de Ministro da Educação, no governo Bolsonaro, teriam seguido critérios político-ideológicos, contrariando a promessa de campanha de nomear ‘técnicos’ para as pastas. Para o autor, esses ministros empreenderam tentativas de desmonte da educação nacional, também por meio de ataques, ameaças e desqualificação de professores. Nesta direção, Accioly, Nascimento e Costa (2022) recordam as declarações de Abraham Weintraub, Ministro da Educação (2019-2020),

que associou as universidades a espaços de “balbúrdia”, realizando denúncias da suposta existência de plantações de maconha e de produção de drogas em suas dependências.

Figura 2 — Dados quantitativos dos artigos utilizados na revisão



Fonte: reproduzidos integralmente de: a) Felinto e colaboradores (2022), demonstrando as despesas correntes e investimentos liquidados pelo governo federal com as universidades federais da região nordeste no período 2007-2021; b) Chaves e Araújo (2022), demonstrando as despesas da união com as universidades federais entre 2013 e 2020; c) Accioly, Nascimento e Costa (2022), demonstrando o interesse pelos termos-chave “marxismo cultural”, “esquerdistas” e “gramscismo” no Google Trends.

Accioly, Nascimento e Costa (2022) afirmam que, durante o governo Bolsonaro, foi instalado um ambiente de guerra às universidades. Os autores constroem sua argumentação ancorados no relatório *Free to Think* (2019), publicado pela *Scholars at Risk Network*, a respeito dos ataques sofridos por cientistas no Brasil. Para isso, listam acontecimentos que marcaram o período, como incursões policiais em universidades, ataques físicos a estudantes opositores do governo praticados por seus apoiadores, ordens judiciais censurando atividades acadêmicas e a nomeação de reitores sem respeitar o primeiro nome indicado na lista tríplice, contrariando a tradição mantida por todos os seus antecessores desde a redemocratização.

Os autores analisam também o que chamam de difusão de ideias e mentiras em redes sociais com intenção de criar um ambiente nocivo às universidades. Accioly, Nascimento e Costa (2022) analisaram a frequência de utilização de termos como “marxismo cultural”, “gramscismo”, “esquerdistas” por meio da plataforma Google Trends. A partir dos gráficos disponibilizados no artigo (reproduzidos na figura 2-c), é possível identificar que esses termos possuem picos de utilização entre 2018 e 2019, período marcado por fortes embates políticos e tensões no plano ideológico. Segundo os autores, esse processo pretendeu aumentar a aceitação pública de algumas agendas desse grupo político, como, por exemplo, os ataques aos “intelectuais de esquerda” e a pauta anticiência.

Tomás e Tomás (2023), por sua vez, analisaram *fake news* a respeito de universidades, disponíveis em sites de averiguação de informações. Para eles, tais informações falsas foram disseminadas prioritariamente nas redes sociais e, após 2019, passaram a ser reforçadas também por políticos da base aliada do governo, seja em entrevistas ou em audiências públicas. Segundo os autores, as *fake news* atacavam principalmente as universidades públicas, questionando sua eficiência, produtividade, relevância e seriedade.

Para Tomás e Tomás (2023), parte significativa da disseminação de informações falsas se deu após momentos de cortes de recursos empenhados pelo governo federal. Para os autores, isso é um indicativo de que as *fake news* teriam sido disseminadas com a intenção de reforçar a tese de que as universidades eram irrelevantes, em um processo orquestrado para gerar um imaginário de desconfiança em relação a essas instituições. Dessa forma, associam esse processo a uma intenção nítida de conseguir apoio popular à causa do desmonte.

Diante desse cenário, Accioly, Nascimento e Costa (2022) afirmam haver uma “frente ultraconservadora – que agrega grupos religiosos, militares, empresários, organizações de caráter fascista e simpatizantes” (p. 17) – atuando na promoção de reformulações no financiamento e na autonomia das universidades. Segundo Chaves e Araújo (2022), Bolsonaro e seus apoiadores insistiram em um discurso de “libertação do país” de uma eventual “dominação ideológica de esquerda”. Tal dominação ideológica estaria enraizada nas instituições de ensino superior, o que também foi utilizado como justificativa para os ataques empreendidos pelo governo federal a essas instituições.

Em suma, conforme Felinto e colaboradores (2022), os discursos de “demonização” e de “descredibilidade” das universidades, da ciência e dos pesquisadores se associam às políticas de austeridade fiscal. Para os autores, caracterizam-se como estratégias para conduzir o processo de desmonte. Em outras palavras, as argumentações desses autores sugerem um processo orquestrado que articulou a disseminação e a manipulação de ideias contrárias às universidades com ações concretas para minar seu financiamento, sua autonomia e sua credibilidade.

4 O DESMONTE ATIVO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

As pesquisas analisadas na seção anterior evidenciam um cenário de “guerra às universidades”, como afirmam Accioly, Nascimento e Costa (2022). Esse conjunto de evidências reforça a hipótese de que as universidades federais (ou o ensino superior público) teriam sofrido um processo de desmonte. Como essas pesquisas não adotaram um referencial teórico que sistematizasse ou qualificasse o processo de desmonte, na presente seção, conjugamos esses achados com o modelo de Bauer e Knill (2014) e com o capítulo de Couto e Rech (2023), que analisa o desmonte de diversas áreas de políticas no Brasil sob o ponto de vista orçamentário, incluindo o caso do ensino superior.

Primeiramente, discutimos a dimensão da intensidade por meio da perspectiva orçamentária. Entendemos que é necessário ampliar essas análises e considerar que as universidades federais atuam através de diversas nuances, programas e finalidades, que vão além da emissão de diplomas de ensino superior. Por isso, em seguida, abordamos a intensidade a partir de dois recortes específicos: o orçamento da política de assistência estudantil e da política de pesquisa e pós-graduação. Na sequência, discutimos a dimensão da densidade. Finalmente, discutimos as dimensões da visibilidade e da decisão, de modo a classificar a estratégia de desmonte ativo.

4.1 Intensidade: diminuição e perda de importância do orçamento

Couto e Rech (2023) investigaram o desmonte das políticas brasileiras por meio da análise dos PPAs de 2012-2015, de 2016-2019 e de 2020-2023. No nível orçamentário, os PPAs são instituídos por leis elaboradas pelo Poder Executivo e consistem em “diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada” (BRASIL, 1988). Ou seja, o PPA estabelece um planejamento e, ao fazê-lo, determina as prioridades do governo federal em termos orçamentários.

Os autores realizaram uma comparação entre os diferentes PPAs para compreender a proporção do orçamento do Poder Executivo destinado a cada uma das áreas de políticas públicas. Para tal, adotaram distintos procedimentos metodológicos, como homogeneização das bases de dados e tratamento de distorções, de modo que os planos pudessem ser comparados. Assim, compararam as parcelas do orçamento destinadas a cada área em cada um dos PPAs. A tabela 1 apresenta parte dos resultados dos autores vinculados à educação.

Tabela 1 - Participação dos programas de educação nos PPAs 2016-2019 e 2020-2023.

Programa (R\$ milhões)	PPA 2016 - 2019	(%)	Liquidado 2016 - 2019	(%)	PPA 2020 - 2023	(%)	Liquidado 2020 - 2021	(%)
Educação Básica	116.920	7,75	96.323	8,47	115.066	8,28	49.929	6,78
Educação Profissional e Tecnológica	20.719	1,37	9.313	0,82	7.341	0,53	2.833	0,38
Educação Superior	56.694	3,76	37.111	3,26	35.661	2,57	17.254	2,34

Fonte: reproduzido com informações de Couto e Rech (2023).

Uma das problemáticas levantadas pelos autores consiste no grau de redução orçamentária necessário para se classificar o desmonte da política: a partir de que ponto pode-se afirmar que uma redução de orçamento configura um desmonte? Couto e Rech (2023) decidiram caracterizar o desmonte nas diferentes áreas a partir de duas métricas: i) quando há perda de participação de determinada área no orçamento; e/ou ii) quando os valores liquidados são nominalmente menores que os de períodos anteriores. Quando um desses condicionantes se verifica, há perda de relevância da área de políticas no orçamento e também a redução de gastos com ela. Ou seja, se para uma determinada política foi planejado o gasto de 2% do orçamento no primeiro PPA, e apenas 1% foi planejado no segundo PPA, os autores afirmam que houve perda de relevância e, portanto, desmonte. Ou, ainda, se o valor executado foi menor, o modelo também sugere o desmonte, mesmo se as proporções tenham sido iguais em diferentes PPAs, uma vez que a intensidade dessa política diminuiu.

A partir de seus achados, diversas políticas são classificadas como desmontadas no período analisado. De acordo com os autores, uma das evidências mais graves diz respeito ao fato de que parte dos programas que foram foco de desmonte concentra-se na área social. Além de essas políticas serem foco do desmonte, Couto e Rech (2023) afirmam a possível “tentativa de atrofiar o braço do Estado que atua na proteção e promoção de direitos da população mais vulnerável” – um processo de ataque aos direitos sociais no Brasil.

Dentre as áreas afetadas, Couto e Rech (2023) afirmam que o desmonte operado pelo governo Bolsonaro atingiu a educação brasileira. Ao conjugar os dados dos diversos segmentos da educação, os autores demonstram que o PPA elaborado durante o governo Bolsonaro planejou o valor de 90 bilhões de reais para a educação, montante consideravelmente inferior ao valor liquidado nos dois quadriênios anteriores, ambos na casa dos 140 bilhões de reais.

Além disso, ao analisar a participação orçamentária da educação nos três quadriênios, observa-se que os valores planejados para a educação correspondiam a 13,6% do orçamento no primeiro PPA analisado; diminuíram para 11,62% no segundo e, no governo Bolsonaro, atingiram a marca de 6,37%. Por isso, Couto e Rech (2023)

afirmam que, em termos de participação orçamentária, a educação teve sua relevância reduzida aproximadamente à metade no governo em questão.

No caso específico da educação superior, os autores também atestam o desmonte. Se, no quadriênio anterior, os valores planejados e executados foram de R\$56,7 e R\$37,7 bilhões de reais, respectivamente, o governo Bolsonaro planejou apenas R\$35 bilhões. Além da redução nominal dos valores, a participação orçamentária também reduziu. No PPA 2016-2019 o planejamento previa 3,76% do orçamento para a educação superior, sendo que apenas 3,56% foi executado. Já o PPA 2019-2023 previu 2,57%, uma queda de participação de 32% em relação ao período anterior.

Com base nas evidências advindas dos PPAs, Couto e Rech (2023) demonstram, portanto, o desmonte da educação brasileira e, mais especificamente, da educação superior. No entanto, os autores não fazem distinção entre os diferentes tipos de instituições de ensino superior. Tendo em vista o foco deste artigo — as universidades federais —, é importante relacionar os dados de Couto e Rech (2023) com as evidências e discussões encontradas na literatura e discutidas na seção anterior. Isso nos permite avançar na discussão, trazendo mais dimensões de análise que reforçam a hipótese do desmonte das universidades federais.

Assim como Couto e Rech (2023), Chaves e Araújo (2022) compararam o orçamento total da União com os gastos planejados e efetivados. De maneira semelhante, as duas pesquisas concluem que houve a redução da prioridade atribuída à educação superior — e às universidades federais — na agenda orçamentária do governo federal. Além deles, Felinto e colaboradores (2022) demonstraram a quase extinção do orçamento destinado ao investimento nas universidades federais nas cinco regiões brasileiras. Assim, mesmo que os recortes sejam distintos, as conclusões de Couto e Rech (2023), Chaves e Araújo (2022) e Felinto e colaboradores (2022) convergem.

Ainda que Couto e Rech (2023) tenham se ancorado em Bauer e Knill (2023), e Chaves e Araújo (2022) e Felinto e colaboradores (2022) não o tenham feito, é possível articular as evidências produzidas pelos autores para afirmar a diminuição da intensidade da política destinada às universidades federais após o golpe de 2016. Por essa lente analítica, se os recursos orçamentários destinados às universidades federais foram substancialmente diminuídos, a intensidade desta área de política foi diminuída, o que nos permite afirmar o seu desmonte.

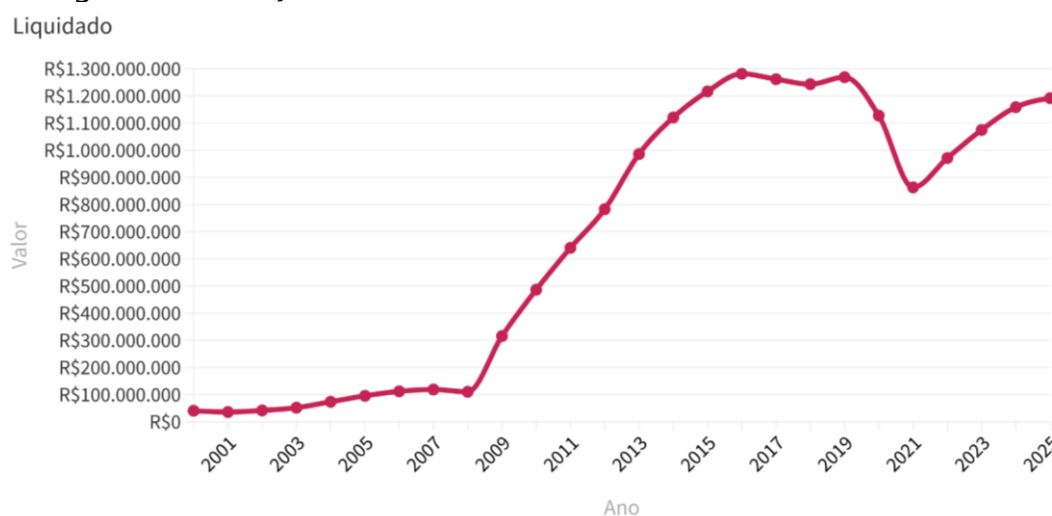
4.2 A redução da intensidade da política de assistência estudantil

Entendemos que o papel das universidades federais deve ser compreendido a partir de dois pontos cruciais. Primeiro, sua função social, vinculada à democratização do acesso à educação superior e ao enfrentamento de desigualdades. Segundo, sua função no desenvolvimento científico e tecnológico, a partir da pesquisa desenvolvida, principalmente, em programas de pós-graduação.

Em relação ao primeiro ponto, consideramos que as universidades passaram, nas últimas décadas, por um processo significativo de democratização, através da

ampliação de vagas e de ações voltadas para o acesso e a permanência de públicos historicamente marginalizados. Por isso, o aumento expressivo de suas matrículas gerou novas demandas. Neste contexto, destaca-se o papel do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na garantia de condições básicas para que estudantes de camadas sociais menos favorecidas possam estudar e permanecer matriculados. A figura 3 ilustra a evolução dos recursos destinados à Assistência Estudantil entre 2000 e 2023, elaborada pelo painel do Financiamento da Ciência & Tecnologia e Universidades Federais do centro SoU_Ciência:

Figura 3 - Evolução dos recursos destinados à Assistência Estudantil.



Fonte: reproduzido integralmente de: <https://souciencia.unifesp.br/dados-fctesp/orcamento-universidades-federais/assistencia-ao-estudante>

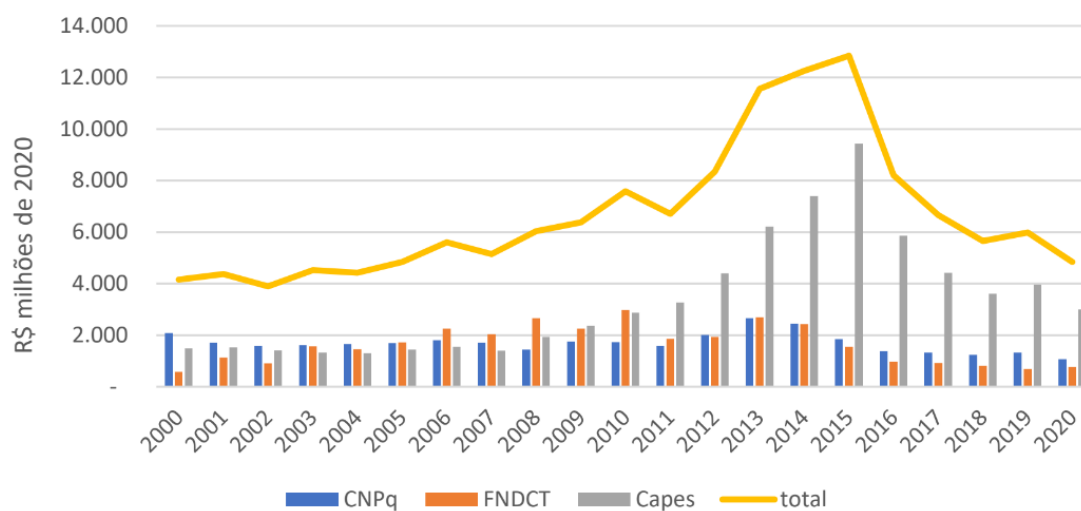
Depreende-se que, após 2008, com a instituição do PNAES, os valores cresceram até o seu auge em 2016. Se, em 2008, o valor correspondia a R\$ 6,43/aluno/mês (considerando as matrículas de todas as universidades federais), em 2016 esse valor alcançou R\$ 83,20/aluno/mês. Ainda segundo as análises do portal, os valores permaneceram estáveis, com uma perda de 0,98% ao ano entre 2016 e 2019. É, no entanto, entre 2019 e 2021 que os valores são reduzidos mais expressivamente, com uma perda de 32%. Assim como as análises empreendidas por Couto e Rech (2023), que demonstram o desmonte nas diversas áreas das políticas sociais, os dados do painel indicam que a Assistência Estudantil das universidades foi fortemente afetada.

4.3 A redução da intensidade da política de pesquisa e pós-graduação

Em relação ao papel das universidades frente ao desenvolvimento científico e tecnológico, podemos analisar diferentes dados. Couto e Rech (2023) também fornecem uma análise do orçamento da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) nos PPAs. Em relação à participação orçamentária, os programas de CT&I tiveram uma redução no último quadriênio, passando de 0,92% no quadriênio anterior para 0,65% no PPA elaborado pelo governo Bolsonaro. Já os valores nominais planejados também são reduzidos de R\$ 10 bilhões para R\$ 9 bilhões.

Para expandir essa análise, buscamos dados referentes aos recursos destinados às duas principais agências de fomento da pós-graduação: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada ao Ministério da Educação; e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. A figura abaixo fornece esses dados, acrescidos dos gastos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT):

Figura 4 - Gastos realizados pelo CNPq, pelo FNDCT e pela CAPES entre 2000 e 2020.



Fonte: reproduzido integralmente de Negri (2021).

Mais uma vez, o gráfico repete o padrão dos demais gráficos analisados neste artigo. Após uma curva ascendente que atingiu seu pico em 2015, os gastos caíram de forma acentuada a partir de 2016, atingindo todas as agências. Além disso, Couto e Rech (2023) fornecem dois outros dados para robustecer a análise. Primeiro, a média de bolsas distribuídas pelo CNPq, que caiu de 88,9 mil nos governos Dilma e Temer para 73,3 mil no governo Bolsonaro. Segundo, o valor das bolsas não foi corrigido no período compreendido entre 2014 e 2022. Os dados indicam, portanto, a redução da intensidade da política voltada para a pesquisa e pós-graduação, o que, novamente, sugere a confirmação da hipótese do desmonte.

4.4 Densidade: a lacuna de dados

Até aqui, demonstramos a redução da intensidade da política, analisando, portanto, uma das dimensões do modelo de Bauer e Knill (2014), deixando em aberto a dimensão da densidade. Essa dimensão se mostrou menos evidente na literatura, uma vez que não encontramos dados nos artigos analisados para medir a alteração da quantidade de objetivos e instrumentos relacionados às universidades federais.

Apenas no capítulo de Couto e Rech (2023) foram abordados dados que dizem respeito à densidade da política. Os autores evidenciam que algumas metas relacionadas às bolsas de estudo, anteriormente presentes nos programas finalísticos do PPA para o ensino superior, foram omitidas no último PPA analisado (2019-2022).

As bolsas disponibilizadas em programas de pós-graduação e as bolsas de estudo no exterior são algumas das ações que tiveram suas metas omitidas. Esse dado pode ser visto como uma medida de densidade da política, uma vez que as metas podem ser entendidas como um instrumento da política. Sendo assim, numa área de interseção entre o ensino superior e o desenvolvimento científico, há uma redução da densidade. Este foi o único indicativo de densidade encontrado na literatura analisada.

4.5 Visibilidade e decisão: o desmonte ativo

Conforme descrito anteriormente, o modelo de Bauer e Knill (2014) trata das dimensões da intensidade e da densidade e também da estratégia de desmonte empreendida. Para essa classificação, os autores utilizam o cruzamento dos conceitos de decisão e visibilidade. Com base nos achados discutidos até aqui, temos indícios de que o tipo de desmonte empreendido a partir de 2016, especialmente no governo Bolsonaro, foi o desmonte ativo. O desmonte ativo é caracterizado por Bauer e Knill (2014) como um desmonte visível e intencional, caracterizado pela concretude das ações e declarações, geralmente associadas a fatores ideológicos.

Couto e Rech (2023) já haviam classificado o desmonte da educação brasileira como ativo, a partir dos dados orçamentários para as áreas da Educação Básica, Educação Tecnológica e Profissional e Ensino Superior. Nesse sentido, nossa próxima contribuição consiste no cruzamento desses dados com as declarações, posicionamentos e outras ações discutidas pelos demais artigos analisados em nossa revisão. Em nossa compreensão do modelo de desmonte de Bauer e Knill (2014), acreditamos que esses dados podem ser úteis para a compreensão das dimensões da decisão e visibilidade, necessárias para a classificação do modelo de desmonte desenvolvido. Com isso, além de fornecer uma classificação mais precisa, podemos abordar exclusivamente o caso das universidades federais.

As discussões de Accioly, Nascimento e Costa (2022), Tomás e Tomás (2019), Chaves e Araújo (2022) e Felinto e colaboradores (2022), bem como as reflexões do relatório *Free to Think* (2019), trazem subsídios para demonstrar o ambiente hostil criado em relação às universidades. Os autores enfatizam as declarações de repulsa, os ataques empreendidos por parte do alto escalão do governo Bolsonaro e a disseminação de *fake news* em relação às universidades. As conclusões desse grupo de autores dão indícios de que esse conjunto de ações foi utilizado como ferramenta para minar a credibilidade dessas instituições. Os dados informam que, além das ações empreendidas para o desmonte do ensino superior brasileiro, tal governo buscou materializar, na figura das universidades federais, o seu alvo primordial de ataque.

Sendo assim, os dados confirmam a decisão (evidente por meio das ações concretas de redução da intensidade da política) e a visibilidade (marcada por declarações públicas de membros do governo) do processo de desmonte das universidades federais. Ou seja, o governo Bolsonaro não só agiu para desmontar as universidades, mas também deixou evidentes suas razões ideológicas para fazê-lo. Essas conclusões são suficientes para classificar a estratégia de desmonte como ativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos contribuir com as discussões a respeito das universidades federais no contexto do ciclo político brasileiro recente (2016-2022), marcado por governos federais que reconfiguraram as políticas públicas. Ancorados nas discussões desenvolvidas por Gomide, Silva e Leopoldi (2023), partimos da hipótese de que os governos Temer e Bolsonaro empreenderam uma estratégia de desmonte das universidades federais. Para isso, revisamos a literatura, conjugando os dados e as análises disponíveis nos artigos encontrados com o modelo de desmonte de Bauer e Knill (2014).

O capítulo do livro de Couto e Rech (2023) foi significativamente importante para esse processo. Por meio da perspectiva orçamentária, os autores classificaram o desmonte do Ensino Superior brasileiro, demonstrando a diminuição de valores orçamentários (planejados e efetivados), bem como a perda de importância dessa área de políticas na agenda federal. Nossas análises avançam ao analisar o recorte das universidades federais, incorporando outros dados da literatura no modelo.

A dimensão da intensidade foi a mais abordada neste artigo. Além dos dados de Couto e Rech (2023), apresentamos as análises de Chaves e Araújo (2022) e Felinto e colaboradores (2022) para discutir, também, a redução dos investimentos, das despesas das universidades em cada região do Brasil e a redução das despesas da União com as universidades em geral. Além deles, os dados orçamentários da Assistência Estudantil, disponíveis no painel SoU_Ciência, e os dados orçamentários das agências de fomento, obtidos por meio de Negri (2021), indicam recortes de atividades específicas das universidades. A partir de metodologias distintas, os dados convergem ao indicar o desmonte a partir da perspectiva do orçamento. Considerando as fortes reduções orçamentárias, torna-se necessário compreender as estratégias das universidades para sobreviver, resistir ou se adequar a esse cenário político e fiscal.

Entretanto, encontramos dificuldades para mensurar a densidade do desmonte das políticas para as universidades federais. A fim de contribuir para agendas futuras de pesquisa, questionamos o potencial exclusivo das análises quantitativas neste cenário e sugerimos pesquisas voltadas para análises qualitativas de leis, normas, diretrizes e decretos vinculados às mais diversas áreas que compõem as universidades federais. Essas análises podem revelar a forma e as nuances das alterações ou reduções dos instrumentos das políticas durante o período. Também propomos analisar a experiência daqueles que vivem as políticas em seus cotidianos. Além de análises de documentos normativos, é importante compreender como os atores das políticas públicas viveram o processo de desmonte. Esse tipo de análise pode fornecer novas ideias a respeito de como o desmonte é implementado ou resistido.

Em sequência, classificamos a estratégia de desmonte como ativa, a partir da decisão e da visibilidade do processo, e marcada pela concretude e pelas declarações ideológicas dos membros do governo Bolsonaro. Para isso, articulamos as discussões de Saviani (2020), Accioly, Nascimento e Costa (2022), Tomás e Tomás (2019), Chaves e Araújo (2022) e Felinto e colaboradores (2022), que indicam a disseminação de *fake news* e as declarações que buscaram minar a credibilidade das universidades federais.

Os dados sugerem que tais estratégias foram empreendidas intencionalmente e em concomitância com a redução orçamentária para desmontar as universidades federais.

Há, no entanto, uma distinção a ser feita. Os governos Temer e Bolsonaro parecem ter adotado nuances ou processos distintos para desenvolver o desmonte. O governo Temer foi marcado pela aprovação do Teto dos Gastos, que alterou profundamente as contas públicas e institucionalizou a política de austeridade como lógica orçamentária dominante. A partir deste momento, as mais diversas políticas públicas sofreram com desmontes pela via orçamentária (Gomide, Silva e Leopoldi, 2023). Esse processo é intensificado no governo Bolsonaro, e os posicionamentos ideológicos passaram a ser utilizados como ferramenta política para justificar a austeridade fiscal. As pesquisas sobre esta temática podem se beneficiar da compreensão de como esses dois processos, que carregam diferenças, similaridades e complementaridades, foram vivenciados e produziram efeitos na ponta dos serviços públicos.

A constatação do desmonte sugere um cenário de múltiplas pressões externas (simbólicas, discursivas e orçamentárias) nas universidades, razão pela qual avançar na compreensão de como os atores que vivem as universidades experimentaram esse processo revelará evidências importantes para compreender este fenômeno. Nesta direção, há literatura emergente do campo da Administração Pública que tem analisado as políticas e as instituições com base no conceito de retrocesso democrático. Para esses autores, o desmonte tem sido utilizado como estratégia de fragilização da democracia e de manutenção do poder. Alguns autores, como Lotta, Tavares e Story (2023), por exemplo, se debruçaram sobre as análises das estratégias de resistência dos burocratas durante o governo Bolsonaro. Que outras dimensões do trabalho cotidiano em contextos de desmonte ainda podem ser desveladas? Considerando a confirmação da hipótese de que as universidades foram alvo de um processo de desmonte, torna-se imperativo olhar para o cotidiano das universidades de forma a compreender os caminhos de sua materialização e resistência.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, I. B.; NASCIMENTO, L. S.; COSTA, K. V. S. O “estranho casamento” entre ultraneoliberalismo e ultraconservadorismo e os ataques à universidade pública.

Revista Trabalho Necessário, Niterói, v. 20, n. 42, p. 1-33, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i42.53425>. Acesso em: 23 jul. 2025.

BAUER, M. W.; KNILL, C. A conceptual framework for the comparative analysis of policy change: measurement, explanation and strategies of policy dismantling.

Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice, Países Baixos, v. 16, n. 1, p. 28-44, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13876988.2014.885186>. Acesso em: 23 jul. 2025.

CARVALHO, A. P.; SANTOS, F.M.S.P.; LIMA, I.O.; LIMA, R.D. Financiamento da educação superior pública no Brasil nos governos Temer e Bolsonaro. **Perspectivas e**

Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino, Caetité, v. 5, n. 2, p. 222-242, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/nhipe/article/view/15770>. Acesso em: 23 jul. 2025.

CHAVES, V.; ARAÚJO, R. A ofensiva neoconservadora contra as universidades federais no Brasil. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 8, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8669158>. Acesso em: 23 jul. 2025.

COUTO, L.; RECH, L. Desmonte ativo no governo Bolsonaro: uma aproximação pela perspectiva orçamentária. In: GOMIDE, A. A.; SILVA, M. M. S.; LEOPOLDI, M. A. (org.). **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Brasília, DF: Ipea, 2023. p. 443-474. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/book/2fc7c66c-6c6d-4ac2-bc06-dd6d0b78a6da>. Acesso em: 23 jul. 2025.

FELINTO, J.; MORAIS, A.S.; CARVALHO, R.A.; BIZERRA, L.F.F. Os impactos da Emenda Constitucional n. 95/2016 nas universidades federais: o caminho para o desmonte. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 11, n. 15, e48111536730, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/37173/30994>. Acesso em: 23 jul. 2025.

GOMIDE, A. A.; SILVA, M. M. S.; LEOPOLDI, M. A. Políticas públicas em contexto de retrocesso democrático e populismo reacionário: desmontes e reconfigurações. In: GOMIDE, A. A.; SILVA, M. M. S.; LEOPOLDI, M. A. (org.). **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Brasília, DF: Ipea, 2023. p. 13-44. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/book/2fc7c66c-6c6d-4ac2-bc06-dd6d0b78a6da>. Acesso em: 23 jul. 2025.

JANNUZZI, P. M. Valores públicos e critérios avaliativos: uma contribuição para avaliações republicanas de políticas públicas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 15, n. 2, 2025. p. 310-325. Disponível em: <https://doi.org/10.5102/rbpp.v15i2.8815>. Acesso em: 23 jul. 2025.

LEJANO, L. P. **Parâmetros para análise de políticas**: a fusão de texto e contexto. Campinas, SP: Arte e Escrita, 2012.

LOTTA, G.; TAVARES, G. M.; STORY, J. Political attacks and the undermining of the bureaucracy: the impact on civil servants' well-being. **Governance**, Hoboken, v. 37, n. 2, p. 619-641, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/gove.12792>. Acesso em: 23 jul. 2025

NEGRI, F. Políticas públicas para ciência e tecnologia no Brasil: cenário e evolução recente. Brasília, DF: Ipea, 2021. (Nota Técnica Diset, n. 92). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/pubpreliminar/210825_publicaca

[o_preliminar_nt_politicas_publicas_para_ciencia_e_tecnoogia.pdf](#). Acesso em: 23 jul. 2025

SAVIANI, D. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação: o desmonte da educação nacional. **Revista Exitus**, Santarém, v. 10, n. 1, e020063, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602020000100012. Acesso em: 23 jul. 2025

FREE to Think 2019: report of the Scholars at Risk Academic Freedom Monitoring Project. New York: Scholars at Risk Network, 2019. Disponível em: <https://www.scholarsatrisk.org/resources/free-to-think-2019/>. Acesso em: 23 jul. 2025

TOMÁS, L.; TOMÁS, R. A mentira orquestrada: anatomia das fake news sobre as universidades públicas. **Verbum**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 212-235, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2316-3267.2023v12i1p212-235>. Acesso em: 23 jul. 2025

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

1) Gustavo Adolf Fichter Filho

2) Breyner Ricardo de Oliveira

Contribuição	Autor 1	Autor 2
1. Conceituação	x	x
2. Curadoria de dados	x	
3. Análise formal	x	x
4. Obtenção de financiamento	x	
5. Investigação	x	x
6. Metodologia	x	x
7. Administração do projeto	x	x

8. Recursos	X	
9. Software	X	
10. Supervisão	X	X
11. Validação	X	X
12. Visualização	X	X
13. Redação (rascunho/original)	X	
14. Escrita (revisão e edição)	X	X

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o artigo "O desmonte da educação superior: quando as universidades federais passaram a ser o alvo".

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

DECLARAÇÃO DE USO DE IA

As ferramentas de inteligência artificial Grammarly, ChatGPT e Copilot foram utilizadas para auxiliar no processo de revisão ortográfica e gramatical.

Revisado por: Gustavo A. Fichter Filho
E-mail: gustavofichterf@gmail.com

Traduzido por: Gustavo A. Fichter Filho
E-mail: gustavofichterf@gmail.com

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.